



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 116/XIII/ 2.^a SL

Aos 07 dias do mês de julho de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes, sobre o Plano Juncker.

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes, sobre o Plano Juncker.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Regina Bastos, agradeceu a presença do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, apresentando o tema e a grelha de tempos a seguir, referindo-se ainda ao relatório produzido pelo Senhor Deputado que enquadra o tema da presente audição.

Na sua intervenção inicial o Senhor Deputado ao Parlamento Europeu referiu-se ao Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos do Plano Juncker e ao seu prolongamento, que já não se questiona, sendo um instrumento de financiamento com carácter transfronteiriço. Mencionou que este fundo financia as áreas a que os outros fundos não chegam, sendo complementar o podendo ser utilizado em conjunto com outros fundos, tendo mobilizado muitas verbas e, por isso, sendo prorrogado até 2020.

Destacou ainda que se trata de um fundo aberto, com uma vasta área de elegibilidade, nomeadamente na coesão territorial e social, mas alertando para os perigos da sua associação à política de coesão, uma vez que são incompatíveis.

Aludiu também à distribuição geográfica no Plano Juncker e à integração da agricultura e florestas neste fundo, embora só agora a sua dimensão sustentada seja explicitamente incluída, frisando ainda o financiamento de pequenos projetos e a plataforma de aconselhamento para os fundos que já existe.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 116/XIII/ 2.^a SL

Na primeira e única ronda de questões intervieram os Senhores Deputados:

Duarte Marques (PSD) referiu que o Plano Juncker é fundamental para o crescimento económico, interrogando sobre o funcionamento da plataforma de aconselhamento e sobre a possibilidade de utilizar o fundo para financiar a rede escolar gratuita no pré-escolar; pergunta ainda se Portugal pode ter sucesso na utilização do Plano Juncker para o reordenamento florestal; sobre o orçamento da União, mencionou o novo programa quadro, sem o Reino Unido, e os novos desafios, questionando o estado da arte nos outros países nesta matéria; destacou ainda a polarização de Portugal na defesa de interesses específicos, sendo a coesão muito importante, e perguntando se, embora tendo o grupo de coesão desaparecido, este poderia ser uma mais-valia e exercer pressão sobre o Conselho.

António Gameiro (PS) abordou questões como a flexibilidade do Plano Juncker, as suas plataformas e a dificuldade da sua criação e como poderia a banca exercer uma parceria com a União; pergunta ainda que valor acrescentado traz para outras áreas, uma vez que as medidas não se encontram detalhadas; questionou também como o Plano se relaciona com o investimento privado e como se processará a reforma do orçamento da UE, bem como a relação com os recursos próprios.

Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que este é um tema muito importante e um estímulo efetivo ao crescimento económico, sustentado e sólido, necessário para suprir a falha de mercado que é a falta de investimento na Europa; questionou se existe concorrência desleal entre agentes económicos que absorvem o Plano Juncker e outros fundos; perguntou ainda que montantes se podem esperar em candidaturas ligadas à economia social e se é, ou não, importante estender o Plano Juncker antes do resultado de uma primeira avaliação.

Paula Santos (PCP) aludiu ao facto deste fundo privilegiar parcerias público-privadas, com riscos para o setor público e retorno para os privados, privatizando-se setores e limitando o investimento às necessidades mais prementes; referiu ainda que o fundo beneficia Estados com maiores níveis de desenvolvimento, alimentando uma política de empobrecimento e exploração, frisando também problemas com a sua repartição



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 116/XIII/ 2.^a SL

geográfica; colocou ainda a questão de não existirem referências explícitas aos impactos do Plano Juncker para Portugal, ficando aquém do que seria um verdadeiro plano de investimento.

O Senhor Deputado ao Parlamento Europeu respondeu às questões de forma conjunta.

A reunião foi encerrada às 10:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 julho 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 116/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Cardoso
António Costa Silva
António Gameiro
António Sales
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Francisca Parreira
Inês Domingos
João Galamba
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Paula Santos
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Vitalino Canas
António Ventura

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurico Brilhante Dias
Rubina Berardo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
Moisés Ferreira